ACÓRDÃO Nº 46.887

Processo nº 2006/51556-4

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 019/2005 firmado com a ASSOCIAÇÃO DA PIA UNIÃO DO PÃO DE SANTO ANTÔNIO e a ASIPAG.

Responsável: Sr^a. ARMÍNIA CONCEIÇÃO SANTOS DE SOUZA – Presidente

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no Art. 38, I e Art. 39 da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, com isenção de multa regimental, em face o Prejulgado nº. 14 desta Corte e dar quitação à responsável.

ACÓRDÃO Nº. 46.888

Processo nº. 2007/51771-4

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 127/2006 firmado entre a Prefeitura Municipal de CONCORDIA DO PARÁ e a SESP.

Responsável: Sr. WALMIR DE ARAÚJO ALVES, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, Julgar regulares as contas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e aplicar ao Sr. WALMIR DE ARAÚJO ALVES, Prefeito á época (C.P.F nº. 031.877.052-00) a multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma como dispõem a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º. IV, e 3º. Da Resolução TCE nº. 17.492/2008 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito e multa imputada, caso não haja recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 46.889

Processo nº. 2007/52418-5

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 385/2006 firmado entre o CENTRO COMUNITÁRIO Dra. MARIA ESTER MOUTA DE OLIVEIRA e a ASIPAG.

Responsável: Sra. MARIA IRISMAR DA SILVA FERREIRA, Presidente

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, I c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$-5.000,00 (Cinco mil reais), e aplicar à Sra. MARIA IRISMAR DA SILVA FERREIRA, Presidente, C.P.F. nº. 145.651.701-59, a multa de R\$-300,00 (trezentos reais) pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e multas imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 46.890

Processo nº 2007/53128-2

Assunto: Tomada de contas relativa ao Convênio nº.166/2006 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER e a SEPOF.

Responsável: Sr. CLEÓSTENES FARIAS DO VALE – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo.sr. Conselheiro Relator com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art.74, Inciso VIII da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e aplicar ao Sr. CLEÓSTENES FARIAS DO VALE, Prefeito à época, CPF nº. 044.246.702-87, a multa de R\$300,00 (trezentos reais), pela instauração da tomada de contas a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 46.891

Processo nº. 2007/53299-9

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 019/2006, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUI e a SAGRI.

Responsável: Sr. CLAUDIO FURMAN – Prefeito à época.

Relator : Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas na importância de R\$15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais) e aplicar ao Sr. CLAUDIO FURMAN – Prefeito à época, (C.P.F. nº 046.244.321-34), multa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 46.892

Processo nº. 2009/50326-6

Assunto: Recurso de Revisão.

Recorrente: Pe. ANGEL MANUEL MARTIN NIETO, Diretor da ESCOLA SALESIANA DO TRABALHO.

Recorrido: Acórdão 43.669 de 14/08/08

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Relator, com fundamento no artigo 53, inciso III da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, conhecer o recurso em apreço, dando-lhe provimento parcial, para o fim de julgar as contas regulares, mantendo-se a multa antes aplicada.

ACÓRDÃO Nº. 46.893

Processo nº. 2006/50022-8

Assunto: Denúncia formalizada pelo senhor JÚLIO MAGNO BAPTISTA e senhora MARIA ALVES PILONETO, vereadores do município de Uruará, acerca de supostas irregularidades detectadas no pagamento de contrapartida financeira municipal em serviços de máquinas do referido município.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o. Sr. Conselheiro Relator e com fundamento no art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, com nova redação pela Lei Complementar nº. 20, de 18 de fevereiro de 1994, arquivar a denúncia, pela falta de competência para julgar contas municipais, e encaminhar o processo ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará para as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 46.894

Processo nº.2009/50080-3

Assunto: Denúncia formalizada pelos senhores LUIZ OTAVIO NEVES BARBALHO e JOSÉ MARTINS DE MIRANDA NETO, servidores públicos do Estado do Pará, contra o Sr. MIGUEL WANZELLER RODRIGUES, ex-diretor-geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", relativamente à suposta prática de atos de improbidade administrativa.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o. Sr. Conselheiro Relator e com fundamento no art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, com nova redação pela Lei Complementar nº. 20, de 18 de fevereiro de 1994, anexar a denúncia formalizada às prestações de contas do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", referentes aos exercícios de 2007 e 2008, para análise em conjunto e devida apuração, se for o caso.

ACÓRDÃO Nº 46.895

Processo nº 2007/51081-7

Assunto: Prestação de Contas referente ao convênio nº. 219/2006 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO e a SEDUC.

Responsável: Sr. JOSÉ CARLOS CAETANO - Prefeito.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Senhor Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso IV da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$20.638,80 (vinte mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), sem devolução de valores e, aplicar a Sra. IRACY DE ALMEIDA GALLO RITZMANN, Secretaria Executiva de Educação à época, CPF. nº. 208.367.322-00, multa de R\$500,00 (quinhentos reais), pelo não atendimento à diligência desta Corte de Contas a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 46.896

Processo nº. 2007/51204-0

Assunto: Prestação de Contas da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, exercício financeiro de 2006.

Responsável: Sr. FERNANDO ANTONIO COLARES PALÁCIOS – Reitor à época.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso II da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas, na importância de R\$ 183.099.878,87 (cento e oitenta e três milhões, noventa e nove mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), com as recomendações sugeridas pelo Departamento de Controle Externo.

ACÓRDÃO Nº 46.897

Processo nº 2008/50042-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 011/2007, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA e a PARATUR.

Responsável: Sr. LAURIVAL MAGNO CUNHA – Prefeito à época

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do